

## **Reunião Extraordinária de Ciência Política e Sociologia**

No dia 04 de setembro de 2020, às 16hrs, via Conferência Web, link: <<https://conferenciaweb.rnp.br/webconf/rogerio-gimenes-giugliano>>, se deu iniciada a Reunião Extraordinária de CPS, com pauta única: “Período do Ensino Remoto Emergencial”.

Após apresentação do Coordenador Rogério, os discentes Gabrieli e Marcus falaram a respeito do mapeamento realizados por eles, sobre a demanda estudantil, cujos estudantes, principalmente formandos, necessitam de disciplinas optativas e obrigatórias para poderem se formar ainda no ano de 2020.

Foi lembrado a respeito do link no Google Drive, (link disponibilizado pelo Coordenador Rogério) para auxiliar nas deliberações do ERE na UNILA. Entre elas, deliberar sobre a oferta de disciplinas para o ERE; deliberar sobre a oferta de novos componentes curriculares; definir o número mínimo e máximo de discentes matriculados nas disciplinas; definir o número mínimo e máximo de disciplinas que os discentes podem se matricular e aprovar os planos de ensino pelos docentes.

Professora Victoria levanta a questão sobre quais professores estão dispostos a aderir ao ensino remoto; quais disciplinas são fundamentais, de acordo com o mapeamento dos estudantes, e, por exemplo, a disciplina Formulação de Projetos ser compartilhada entre os professores.

Professora Maira leu uma carta aberta sobre sua posição como docente e a respeito do ERE, contraria a sua adesão. A carta segue em anexo.

Foi repassada a questão a respeito da insegurança dos estudantes sobre a verba estudantil do próximo ano e a dificuldade de conseguir se manter na universidade nesse possível futuro sem auxílio para aqueles que deveriam se formar em 2020.

Professor Marcelino trouxe novamente a sugestão da Professora Victória a respeito de ministrar disciplinas em conjunto. Ficou entendido que seria uma proposta de encaminhamento.

Professor e Coordenador Rogério em concordância com a carta da Professora Maíra, complementando que devemos estar de olhos abertos ao processo de adesão ao ERE e com consciência a respeito do “drama” dos estudantes que podem perder o auxílio estudantil.

Professora Victória frisa a situação dos estudantes que estão para se formar e que os professores devem auxiliá-los/ fazer um esforço para ajudá-los alcançar esse objetivo (de se formar). Nesse momento, uma proposta de encaminhamento a respeito de ser decidido o ERE no curso de maneira coletiva ou não.

Relembrando que é a adesão de ministrar aulas no Período Especial Emergencial é facultativo e, com o posicionamento em conjunto do curso ou individual, a Coordenação apoiará qualquer decisão.

Professor Fernando falou em concordância e contemplado pela fala da professora Maíra; expôs suas dúvidas a respeito do mapeamento feito pelos discentes: aos estudantes dos anos recentes (2019/2020), como ficariam nessa questão? Procurar por uma forma de abranger a todos, calouros e veteranos.

Os discentes, responsáveis pelo mapeamento, responderam que, devido a baixa participação estudantil, tanto pela falta de acesso a internet, entre outras questões, não é possível imaginar um cenário onde os mais de 100 estudantes do curso não saiam prejudicados de alguma forma.

Professora Maíra retomou uma questão importante: a situação da carga horária dos docentes que resolverem aderir ao ERE; além de que, por ser facultativo, existe um problema grave sobre o assédio aos professores que optam por não ministrar disciplinas e aderir a esse processo.

Professor João Barros fala em criar uma correvalência entre professores, para que uma disciplina possa ser validada para diferentes cursos e contemplar o máximo de estudantes.

Encaminhamentos: Cabe ao colegiado a decisão conjunta de aderir ou não as aulas; Caso consenso, qual é a posição coletiva?

A pauta, antes proposta pela Professora Victória, foi retirada pela mesma; cada professor decide sua posição. Foi falado que, caso haja uma decisão

coletiva, de acordo com a Resolução do Período Emergencial, pode acatar em problemas para a Coordenação por “não respeitar a decisão pessoal do docente”.

Foi realizada a leitura da carta da Professora Elén, que está afastada por motivos de saúde. Segue em anexo.

Durante a discussão, se teve duas propostas de encaminhamento:

1. Escrever uma carta conjunta com o posicionamento crítico ao Ensino Remoto pelo modo ao qual está colocado e deixando aberto a solidariedade aos formandos;
2. Uma vez decidido os detalhes da carta, tomar decisão das disciplinas específicas e exigidas pelo requerimento.

A votação foi consenso para a carta. Como será feita e como incorporar? Formar um grupo ou utilizar a carta da Professora Maíra?

Professor Fernando propôs um texto para iniciar a carta (versão final, já com as alterações das sugestões dos professores Marcelino, Flávio e da Professora Maíra):

“O Colegiado de CPeS se posiciona em termos gerais contrário à adoção de ERE, tendo em vista suas implicações pedagógicas e políticas, em termos de horizonte da Universidade pública, gratuita e socialmente referenciada, implicações destacadas nos posicionamentos durante reunião e expostas em diversos documentos públicos, entre os quais os construídos coletivamente, em âmbito local, pela SESUNILA. Contudo, e tendo em vista o conteúdo da minuta aprovada nas instâncias superiores da UNILA, no que tange à faculdade de oferta de disciplinas no caráter de ERE e respeitando o caráter facultativo da resolução, bem como a busca por atender necessidades específicas que possam ser apresentadas por parte do corpo discente, o Colegiado entende que é preciso manter a possibilidade de oferta, e

esta seja parte da busca coletiva de minimizar os diversos problemas da conjuntura, no quadro específico do curso. O Colegiado entende ainda que a possibilidade de oferta de ERE, em caráter facultativo, deve se dar em consonância com a garantia de possibilidades materiais para a assistência por parte do corpo discente e para a oferta por parte do corpo docente, atentando ainda para as condições de trabalho remoto por parte dos/as trabalhadores/as técnico-administrativos em educação da UNILA."

Texto posto em votação. Resultado: aprovado pelos membros do colegiado.

Foi acatada a discussão a respeito do pedido da Professora Victória sobre aumentar o tempo para definir as disciplinas requeridas pelos formandos.

Professor João Barros fala a respeito do tempo que a UNILA demorou para aderir a qualquer posicionamento e pede um esforço para que ainda hoje seja realizada a votação das disciplinas.

Em determinado momento, foram levantadas questões sobre o Ensino Remoto e a Professora Maíra trouxe informes a respeito do Ensino Remoto:

- 1) Professora Paula fez contato para mediar que as disciplinas de ambos os cursos, CPS e RII (e mediando com os professores) trouxesse uma oportunidade de realizar disciplinas com código duplo para favorecer ambos os cursos.
- 2) PRAE não enviou para os Centros as informações sobre o Edital de Auxílio Digital, com as informações de que haverá a entrega de chips, critérios e datas de inscrição que vai até dia 08/09 e que pretende atender 247 estudantes.

A discente Sara relembra que, para se inscrever no edital, precisa das disciplinas definidas pelo colegiado.

- Sobre as disciplinas que o curso irá ofertar:

A oferta da disciplina de Formulação de Projetos, a mais pedida pelos formandos, não será ministrada pela Professora Victória. Professor Marcelino se dispôs a ofertar a disciplina. Houve a sugestão de que a professora Victória

futuramente possa assumir uma duplicidade da disciplina e ofertar num próximo ciclo.

Haverá uma disciplina em formato de seminários, ofertada semanalmente e ministrada pelos professores João Barros, Flávio Gaitán e Rogério Giugliano. Discussão a respeito da disciplina contar com quatro créditos, mas nada definido.

Professor João Barros fala a respeito de dividir a optativa “Teoria e Poder” ou (realizar uma nova optativa) e verificar se pode incluir no código de CPS, pois não tem condições de ofertar a disciplina sozinho e com quatro créditos. Não houve disponibilidade dos professores.

Professor Flávio apresentou a dúvida sobre qual seria a optativa com maior número de pedidos para ser ofertada. Não houve nenhuma específica e ele demonstrou interesse em ofertar, futuramente, uma disciplina com o (possível) título “Tópicos Especiais em Ciência Política: Renda Básica e...” (não entendi o resto do título).

Já citado antes, mas o colegiado aprovou que a carta da Professora Maíra, lida no começo da reunião, fosse anexada a ata.

A reunião se deu encerrada próximo das 20hrs. Foi marcada a data da próxima Reunião Extraordinária: dia 08/09 (terça-feira), às 09:30hrs da manhã.

Nada mais a declarar, esta ata foi lavrada por mim, Gabrieli Mendes da Silva.